DOI: 10.33242/rbdc.2025.02.010

PROTEÇÃO AUTORAL DE CRIAÇÕES ORIGINAIS ABRANGENTES

Osny da Silva Filho

Professor da FGV Direito SP. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), com estágios de pesquisa na Faculdade de Direito de Harvard e no Instituto Max Planck de Direito Privado Comparado e Internacional. É advogado e atua como árbitro. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6567-3981
E-mail: osnyfilho@gmail.com

Resumo: O parecer discute a proteção autoral do Complexo Cidade Matarazzo, qualificado como *criação original abrangente*. Sustenta-se que o Complexo é protegido tanto como conjunto de obras específicas quanto como expressão unitária de conceito original – figura jurídica correspondente ao conceito estético de *Gesamtkunstwerk*. A proteção inclui direitos morais de autor, e especialmente os direitos de nominação, de consulta prévia sobre alterações e de oposição à reprodução não autorizada, em âmbito nacional e internacional. Reconhece-se a necessidade de prova pericial para a atribuição da autoria, sendo insuficientes, para esse fim, atas notariais. Por fim, o parecer afasta a possibilidade de arbitragem no caso, em razão de os direitos discutidos – direitos morais de autor – não serem nem patrimoniais, nem disponíveis.

Sumário: **1** Resumo dos argumentos – **2** Consulta, quesitos e estrutura da exposição – **3** Obras intelectuais protegidas e seus requisitos – **4** Esboços e projetos de arquitetura, paisagismo e cenografia – **5** *Gesamtkunstwerk*: combinações criativas na arte e no direito – **6** Casos de proteção de criações originais totais ou abrangentes – **7** Cidade Matarazzo enquanto criação original abrangente – **8** Irrelevância do procedimento arbitral invocado pela Ré – **9** Projeções jurídicas do reconhecimento da autoria – **10** Atribuição de autoria de obra protegida – **11** Insubmissão à arbitragem – **12** Respostas aos quesitos

1 Resumo dos argumentos

O complexo Cidade Matarazzo é obra protegida por direitos autorais, seja como conjunto de criações intelectuais específicas, seja como criação intelectual abrangente.

Os esboços e projetos elaborados ao longo do desenvolvimento do complexo Cidade Matarazzo são obras protegidas pela Lei de Direitos Autorais brasileira (LDA). A LDA também protege a combinação original de elementos arquitetônicos, paisagísticos e cenográficos com padrões de hospitalidade, modelos de experiência (*user experience*), narrativas estruturadas (*storytelling*), obras audiovisuais e

outros elementos, sejam eles protegidos ou não em sua singularidade. Trata-se, neste segundo caso, de criação original abrangente, figura que corresponde ao desdobramento jurídico do conceito estético de *Gesamtkunstwerk* ou *obra de arte total*.

As primeiras consequências dessa proteção dizem respeito ao reconhecimento e à tutela de direitos morais de autor, entre os quais (i) o direito de nominação ou indicação de autoria, (ii) o direito de receber consulta sobre alterações que possam afetar a integridade da obra e, se for o caso, de apresentar oposição fundamentada a essas alterações, e (iii) o direito de se opor à reprodução da obra. A proteção contra reproduções não autorizadas é efetiva em âmbito nacional e internacional.

A imputação da autoria sobre as obras singulares e sobre o conceito abrangente que unifica o complexo Cidade Matarazzo exige a produção de prova pericial. O reconhecimento da necessidade de perícia para essa finalidade é pacífico na doutrina e na jurisprudência. Atas notariais podem, sim, ser empregadas para comprovar alterações que afetem a integridade de obras ou elementos de obras protegidas por direitos autorais, mas não têm o condão de demonstrar sua autoria.

A cláusula arbitral estabelecida no Estatuto Social de BM Empreendimentos não abrange a solução de litígios envolvendo a autoria do Complexo Cidade Matarazzo. A arbitragem só pode ser empregada para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, nos termos do art. 1º da Lei de Arbitragem. Direitos morais de autor não são nem patrimoniais, nem disponíveis. Logo, a ação de produção antecipada de provas a que se dirige este Parecer deve seguir no juízo cível.

2 Consulta, quesitos e estrutura da exposição

Os ilustres advogados Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino e Cintia Aparecida Ramos Souza Martins, de Chiarottino e Nicoletti Advogados, apresentam-me, no interesse de seu cliente Alexandre Ludovic Allard (daqui em diante, Alex Allard, ou Consulente), a seguinte consulta:

> Prezado Professor,
>
> 1. No interesse de Alexandre Ludovic Allard ("Consulente" ou "Alex Allard"), submetemos esta Consulta à sua apreciação para elaboração de parecer a respeito dos direitos autorais de Alex Allard sobre o empreendimento Cidade Matarazzo, à luz do artigo 7º, inciso X, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais ("Lei de Direitos Autorais").
>
> 2. Para tanto, além dos quesitos para a elaboração do parecer jurídico, apresentamos uma síntese dos principais pontos da argumentação

utilizada pela BM Empreendimentos e Participações S.A. ("BM Empreendimentos"), em sua manifestação protocolada nos autos da Produção Antecipada de Provas movida pelo Consulente, em trâmite perante a 29ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("Ação Judicial").

3. A Ação Judicial visa à produção de prova pericial no complexo Cidade Matarazzo, sob a fundamentação de que (i) o projeto foi idealizado, desenvolvido e implementado por Alex Allard, legítimo detentor dos direitos autorais correspondentes, nos termos da Lei de Direitos Autorais; e (ii) o contexto de controvérsia negocial e de disputa societária poderia acarretar danos irreversíveis pelo possível comprometimento da prova pericial indispensável para a comprovação dos direitos autorais de Allard.

4. Uma vez citada e intimada da realização da prova pericial, a BM Empreendimentos apresentou sua manifestação no processo, alegando, preliminarmente, a incompetência do Poder Judiciário para processar e julgar a Ação Judicial, sob o fundamento de que a matéria relativa ao direito autoral atrairia o Estatuto Social da BM Empreendimentos, que estabelece, em seu artigo 30, a arbitragem como meio competente para solução de disputas envolvendo a Companhia e os seus acionistas.

5. Nesse contexto, a BM Empreendimentos informou que o Consulente ocupa assento permanente no Conselho de Administração e, também, figura como acionista indireto da Companhia, o que, segundo a manifestação, obrigaria a instauração de procedimento de arbitragem.

6. Além disso, a BM Empreendimentos alegou (i) ausência de interesse de agir de Alex Allard, sob a alegação de que ele poderia proteger informações sensíveis ou resguardar o estado atual do complexo Cidade Matarazzo por meio de ata notarial, bem como (ii) desnecessidade do provimento jurisdicional sob a argumentação de que "ideia" e "conceito" não seriam protegidos pela Lei de Direito Autoral, assim como os desenhos arquitetônicos e as obras de artes derivados dessa "ideia" produzidos por outros artistas.

7. A BM Empreendimentos alega, ainda, que "a discussão sobre a autoria dos projetos do Complexo Matarazzo já foi objeto de arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional" – Procedimento Arbitral [*omissis*]. Por isso, argumenta, "a perícia invariavelmente debruçar-se-á sobre o que lá restou decidido".

Diante do exposto acima, apresentamos os seguintes quesitos:

1. O complexo Cidade Matarazzo é obra protegida por direitos autorais? Se sim, em que termos?

> 2. As dúvidas relativas à autoria do complexo Cidade Matarazzo já foram sanadas pela sentença proferida no âmbito do Procedimento Arbitral [*omissis*]?
>
> 3. Quais são as consequências do reconhecimento da proteção autoral sobre o complexo Cidade Matarazzo? A efetividade dessas consequências limita-se ao território nacional?
>
> 4. Como a autoria do complexo Cidade Matarazzo pode ser demonstrada? A demonstração da autoria de obras protegidas por direitos autorais pode se dar por meio de ata notarial?
>
> 5. A cláusula arbitral estabelecida no Estatuto Social de BM Empreendimentos abrange os direitos discutidos na ação de produção antecipada de provas movida por Alex Allard contra BM Empreendimentos? Essa ação deve ser processada em juízo especializado em conflitos de arbitragem?

Após analisar o caso, concluí pela viabilidade da oferta do Parecer, que apresento neste documento, preparado em vista da Ação de Produção Antecipada de Provas processada sob o nº 1044344-69.2025.8.26.0100 perante a 29ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, Capital.

A exposição organiza-se em nove seções. Começa pela designação das obras protegidas pela legislação autoral brasileira e pelos requisitos de sua proteção (3), avançando em seguida para a análise das criações identificadas no caso a que se dirige o Parecer: desde esboços e projetos de arquitetura, paisagismo e cenografia (4) até composições mais complexas, como obras de arte total ou abrangente, categoria estética transposta para o direito e reconhecida em precedentes estrangeiros (5 e 6).

O coração do Parecer está na seção seguinte: ali, a concepção do complexo Cidade Matarazzo é qualificada como *criação original abrangente* (7).

A qualificação dos direitos autorais discutidos no caso evidencia a irrelevância da sentença arbitral invocada pela Ré (8). As três seções finais do Parecer tratam das implicações jurídicas do reconhecimento da autoria (9), dos meios adequados para sua atribuição – com destaque para a necessidade de perícia técnica (10) – e da impossibilidade de submissão da controvérsia à arbitragem, dada a natureza indisponível dos direitos morais de autor (11). O texto se encerra com respostas sintéticas aos quesitos.

3 Obras intelectuais protegidas e seus requisitos

Direitos autorais são direitos atribuídos aos autores de obras intelectuais protegidas. Obras intelectuais correspondem, nos termos do art. 7º, *caput* da Lei

nº 9.610 de 1998, a Lei de Direitos Autorais ou LDA, a "criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro".

3.1 Origem humana e exteriorização + não taxatividade

A definição constante do *caput* do art. 7º da LDA dá conta de dois requisitos e uma característica normativa da proteção autoral de obras intelectuais.

Em primeiro lugar, como "criações do espírito", obras protegidas têm de ser direta ou indiretamente produzidas por pessoas humanas.[1] Apenas pessoas humanas são dotadas de *espírito*, termo que remete, nesse contexto, a faculdades intelectuais ou mentais. Mesmo nos Estados Unidos, onde não há restrição em atribuir os efeitos da autoria a pessoas jurídicas, o *Compendium of U.S. Copyright Office Practices* deixa claro que "[p]ara se qualificar como uma obra de 'autoria', a obra deve ser criada por um ser humano".[2]

Em segundo lugar, obras protegidas têm de ter sido exteriorizadas, exprimidas ou comunicadas.[3] Isso não significa que os objetos de proteção sejam os meios ou suportes através dos quais as criações se exteriorizam, exprimem ou comunicam. Esses meios ou suportes são, sim, relevantes para a produção de prova da criação, pois sem eles não é possível falar de obra protegida em sentido próprio – voltaremos a isso na seção 10. Mas os meios ou suportes são, para efeitos de proteção, indiferentes. Como diz Ascensão, "[o] que se protege não é a obra incarnada[,] mas a obra imaterial: não o livro, mas o texto, se assim nos podemos exprimir, que este contém".[4]

---

1 A referência a produções indiretas do espírito remete, como se pode imaginar, ao problema da proteção autoral de obras produzidas mediante recurso a aplicações de inteligência artificial. Não se trata, aqui, de obras produzidas por sistemas de IA de maneira independente. Estas últimas não se enquadram, ao menos *prima facie*, na categoria das obras indiretamente produzidas por pessoas humanas.

2 *Compendium of U.S. Copyright Office Practices*, §313.2.

3 A literatura de viés economicista enfatiza a *expressividade* como traço distintivo do direito autoral: LANDES, William M.; POSNER, Richard A. *The economic structure of intellectual property law.* Cambridge: Harvard University, 2003. p. 37: "By 'expressive work' we mean any work that might be a candidate for copyright protection under modern law [...] The protection, however, is of the form or configuration in which an idea is expressed, as distinct from the idea itself, the protection of which is the domain of patent and trade secret law rather than of copyright law". Tradução: "Por 'obra expressa' entende-se qualquer obra que possa ser candidata à proteção por direito autoral segundo a legislação moderna [...] A proteção, no entanto, recai sobre a forma ou configuração em que uma ideia é expressa, e não sobre a ideia em si, cuja proteção pertence ao domínio do direito de patentes e do segredo industrial, e não ao do direito autoral".

4 ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito da internet e da sociedade da informação:* estudos. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 99.

Em terceiro lugar, o rol das obras protegidas não pode ser definido de antemão. Aqui já não se trata, em rigor, de requisito, mas de característica normativa do direito autoral. As classes de obras protegidas mantêm-se abertas a modalidades inéditas de criação intelectual. É precisamente por isso que os doze incisos do art. 7º da LDA fornecem rol *aberto* ou *exemplificativo* de obras protegidas,[5] em conformidade com a Convenção de Berna.[6]

Os incisos do art. 7º referem-se a "textos de obras literárias, artísticas ou científicas" (I), conferências (II), obras dramáticas (III), obras coreográficas (IV), composições musicais (V), obras audiovisuais (VI), obras fotográficas (VII), "obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética" (VIII), ilustrações (IX), "projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência" (X), "adaptações, traduções e outras transformações de obras originais" (XI), programas de computador (XII) e coletâneas, compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras marcadas pela seleção, organização ou disposição de seu conteúdo (XIII).

A jurisprudência atribui proteção a inúmeras classes de obras não incluídas entre os incisos do art. 7º. Tratam-se, aqui, de *classes atípicas* de obras protegidas. Entre elas estão, por exemplo, o *trade-dress*,[7] o *website*, "o desenho de bordados, rendas ou estampas"[8] e, como veremos adiante, as criações originais abrangentes, a exemplo do complexo Cidade Matarazzo.

O art. 8º da LDA, por outro lado, enuncia um rol *fechado* ou *taxativo* de obras intelectuais subtraídas de proteção. As classes de obras listadas em seus sete incisos – apenas elas – não são protegidas pela LDA. Ali estão ideias e procedimentos normativos (inciso I), esquemas ou planos de jogos ou negócios (II), formulários e suas instruções (III), textos legislativos, decisões judiciais e outros atos oficiais (IV), informações de uso comum, a exemplo dos calendários, (V), nomes e títulos isolados (VI) e "o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras" (VII).[9]

---

5 "O rol de obras intelectuais apresentado no art. 7º da Lei de Direitos Autorais é meramente exemplificativo", conforme STJ, 3ª T., REsp 1.843.339/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julg. 3.12.2019. Na jurisprudência estadual, TJSP, 9ª C. D. Priv., Ap. Cív. 9182936-93.2007.8.26.0000, Rel. Des. Piva Rodrigues, julg. 27.3.2012: "O rol de obras protegidas pelo artigo 7º da Lei nº 9.610/98 é claramente exemplificativo [...] finalizando com a expressão 'tais como', consubstanciando consagrada técnica legislativa que permite definição do sentido e alcance da norma mediante interpretação analógica".

6 A técnica legislativa de listagem exemplificativa de criações intelectuais passíveis de proteção autoral remonta ao art. 2, 1, da Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, elaborada em 1886 e revista em 1971.

7 STJ, 3ª T., REsp 1.843.339/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julg. 3.12.2019.

8 STJ, 3ª T., REsp 1.943.690-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julg. 19.10.2021.

9 O STJ enfatiza que "enquanto o art. 7º da Lei de Direitos Autorais veicula um rol exemplificativo de obras protegidas – o que se depreende do uso da expressão 'tais como' ao final do *caput* do mencionado dispositivo legal –, o subsequente art. 8º traz as correspondentes exceções em rol taxativo." STJ, 3ª T., REsp 1.943.690-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julg. 19.10.2021.

As subtrações de proteção do art. 8º justificam-se por diferentes razões: da falta de exterioridade e originalidade (I, III, V, VI) a incentivos econômicos (II, VII), passando por exigências de publicidade (IV).

3.2 Originalidade como resultado de criação independente

Embora não seja explicitado pelo *caput* do art. 7º da LDA, o elemento decisivo para o reconhecimento de classes atípicas de obras protegidas é – sobre este ponto há consenso na doutrina e na jurisprudência – a *originalidade*.[10] *Obra original* é aquela que resulta de *ato criativo independente*.

Como saldo de *ato criativo*, a obra original não pode ser logicamente necessária (como, digamos, uma equação isolada); como criação *independente*, a obra original não pode ser derivada de outra obra.[11]

Este último requisito admite uma importante exceção, consistente na proteção da *obra derivada*.[12] Em seu art. 5º, VIII, *g*, a LDA define "obra derivada" como aquela que, "constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária". É precisamente o caso do inciso XI do art. 7º, que enuncia a proteção de "adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova".[13]

Obras protegidas não podem ser copiadas, exceto na hipótese das obras de artes plásticas reproduzidas por seus próprios autores (art. 9º da LDA).[14]

Criações originais nascem, em regra, como obras novas, mas a novidade não se confunde com a originalidade, nem é elemento necessário, do ponto de vista normativo, para a proteção autoral. Novo é aquilo a que a sociedade ainda não teve acesso; original, aquilo que se cria de modo independente.[15]

---

[10] Fala-se também de "contributo mínimo" (BARBOSA, Denis Borges; MAIOR, Rodrigo Souto; RAMOS, Carolina Tinoco. *O contributo mínimo na propriedade intelectual:* atividade inventiva, originalidade, distinguibilidade e margem mínima. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 434).

[11] Os elementos "independência" e "criatividade" foram enfatizados na decisão do célebre caso *Feist Publications, Inc. v. Rural Telephone Service Company, Inc.*, 499 U.S. 340, 1991.

[12] Discussão em BARBOSA, Pedro Marcos Nunes. Originalidade em crise. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 33-48, 2018. p. 39-41.

[13] A proteção autoral da obra derivada envolve requisitos adicionais, e particularmente a "autorização prévia e expressa do autor" da obra originária, nos termos do art. 29 da LDA.

[14] A proteção contra reproduções não autorizadas é um ponto de tensão nos regimes autorais contemporâneos. *Locus classicus*: BENJAMIN, Walter. The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction. *In*: ARENDT, Hannah (Ed.). *Illuminations*. Tradução de Harry Zohn. New York: Schocken, 1969. p. 217-251.

[15] BARBOSA, Denis Borges. *Direito de Autor:* Questões fundamentais de direito de autor. [s.d.]. Disponível em: https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/questes-fundamentais-de-direito-de-autor-livro-revisofinal-2-1.pdf. p. 22-23. Acesso em: 06 jul. 2025.

É nesse sentido que uma obra pode ser nova sem ser original. Isso ocorre, por exemplo, em edições subsequentes de uma mesma obra. Essas edições serão, sim, novas, seja em sentido comum, seja em sentido técnico; mas não serão originais. Original será apenas a primeira edição.[16] Inversamente, uma obra pode ser considerada original sem que seja nova: basta, para tanto, que tenha sido criada de modo independente da obra símile.[17]

Obras intelectuais protegidas são, em síntese, criações humanas exteriorizadas e originais que não se encontrem subtraídas de proteção.

4 Esboços e projetos de arquitetura, paisagismo e cenografia

A primeira e mais evidente modalidade de proteção autoral aplicável às criações que compõem o complexo Cidade Matarazzo diz respeito aos esboços e projetos de arquitetura, paisagismo e cenografia. O que se protege nessa hipótese, tipificada pela LDA no inciso X de seu art. 7º, não é, como esclarece José de Oliveira Ascensão, "a construção na sua materialidade, mas a realidade incorpórea, encarnada ou não na construção".[18]

A "realidade incorpórea" protegida pode, em primeiro lugar, ser apreendida a partir dos esboços e projetos de cada prédio, jardim ou arranjo cenográfico – incluídos aqui os "móveis, esculturas e objetos que tenham sido construídos [ou] selecionados para ordenar e constituir um determinado espaço".[19]

Nesse ponto, os patronos do Consulente relatam a existência de farta documentação apta a demonstrar que Alex Allard é o autor dos projetos e esboços de inúmeros elementos singulares que compõem o complexo Cidade Matarazzo, e especialmente dos *layouts* e projetos de cenografia e decoração das áreas comuns

[16] BARBOSA, Denis Borges. *Direito de Autor:* Questões fundamentais de direito de autor. [s.d.]. p. 22-23. Disponível em https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/questes-fundamentais-de-direito-de-autor-livro-reviso-final-2-1.pdf. Acesso em: 06 jul. 2025.

[17] BARBOSA, Pedro Marcos Nunes. Originalidade em crise. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 33-48, 2018. p. 40 (citando a inequívoca originalidade dos trabalhos de Edgard Allan Poe e Charles Baudelaire, que, não obstante, assemelhavam-se em seus estilos). No campo das utilidades, anedotas de simultaneidade incluem a invenção do cálculo infinitesimal (Newton e Leibniz), do telefone (Alexander Graham Bell e Elisha Gray), da fotografia em cores (Louis Ducos du Hauron e Charles Cros), do avião (Alberto Santos Dumont e os irmãos Wilbur e Orville Wright) e do michochip (Jack Kilby e Robert Noyce), entre muitas outras. Nota: A simultaneidade das descobertas é tema explorado na literatura desde a primeira metade do século 19. Sua análise referencial encontra-se no artigo clássico de MERTON, Robert K. Singletons and Multiples in Scientific Discovery: A Chapter in the Sociology of Science. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Philadelphia, v. 105, n. 5, p. 470-486, 1961.

[18] ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. p. 416.

[19] FIGUEIREDO, Anna Ascenção Verdadeiro de. *A proteção autoral da obra arquitetônica*. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2020. p. 46.

e apartamentos da Torre Mata Atlântica. Entre esses apartamentos, aliás, está o seu próprio, cuja autoria foi indevidamente atribuída a Phillipe Starck por ocasião do prêmio de "melhor apartamento de cobertura do mundo" recebido pelo Grupo Rosewood.[20]

O inciso X do art. 7º também alcança orientações gerais, aplicáveis a diferentes segmentos de uma obra. Essas orientações podem ser identificadas na repetição de elementos específicos. Nesses casos, a originalidade da criação diz respeito a "efeito geral" resultante da combinação de obras.[21] Essa hipótese também pode ser traçada aos elementos cenográficos – seja no *layout* das áreas comuns, seja nos interiores dos apartamentos e utilidades específicas – que compõem o complexo Cidade Matarazzo.

Porém, ainda que o âmbito de aplicação do inciso X seja amplo o suficiente para cobrir combinações de elementos arquitetônicos, paisagísticos e cenográficos, ele não alcança outros gêneros – textos de obras artísticas e audiovisuais, por exemplo, mas também montagens, conceitos espaciais, narrativas estruturadas (*storytelling*) ou modelos de experiência (*user experience*) –, tampouco criações que se particularizem pela *fusão* de elementos oriundos de gêneros criativos distintos, sejam eles protegidos ou não.

Essa conclusão nos conduz ao campo das classes atípicas de obras protegidas pela LDA. Essas obras, resultantes da combinação e da fusão de elementos oriundos de gêneros criativos distintos, serão objeto de proteção autoral na medida em que satisfizerem os requisitos positivos listados na primeira seção do Parecer: criação humana, exterioridade e originalidade.

5 *Gesamtkunstwerk:* combinações criativas na arte e no direito

A noção de *Gesamtkunstwerk* – literalmente, *obra de arte total* – surge na segunda década do século 19 para designar a emergência de expressões artísticas resultantes da fusão ou da combinação de dois ou mais gêneros criativos.[22]

[20] A atribuição indevida da autoria dos interiores do apartamento de Allard a Phillipe Starck foi reportada pelo Consulente a Joana Gunn, Diretora de Marca e Comunicação do Grupo Rosewood, em carta a cujo teor tive acesso.

[21] No direito alemão, HILLE, Christian Peter. Das Urheberrecht an Kirchengebäuden. *JuristenZeitung*, Tübingen, v. 72, n. 3, p. 133-140, 2017. p. 135.

[22] TRAHNDORFF, Karl Friedrich Eusebius. *Aesthetik, oder, Lehre von der Weltanschauung und Kunst*. Berlin: Maurer, 1827.

Foi apenas a partir da produção operística e da reflexão crítica de Richard Wagner (1813–1883), no entanto, que o conceito se tornou amplamente conhecido.[23]

Wagner não apenas *criou* suas próprias *Gesamtkunstwerke* – as quatro óperas que compõem a série *Der Ring des Nibelungen* continuam sendo a ilustração mais citada do conceito –, mas procurou reconduzi-las ao ideal artístico abrangente das tragédias gregas.[24] Para Wagner, a obra de arte total deveria corresponder à reintegração originária das artes – música, palavra, dança, gesto e imagem – numa unidade sensível capaz de despertar todas as faculdades humanas, superando a cisão entre intelecto e sentimento e restaurando, pela arte – assim pensava –, uma harmonia perdida da cultura.[25]

Desde a elaboração wagneriana, variações do conceito, marcadas, de modo geral, pela substituição de suas pretensões exigentes de totalidade por propósitos mais delimitados e realistas de abrangência, têm sido empregadas para designar as mais variadas modalidades de criação intelectual, das catedrais góticas (outra ilustração recorrente) aos projetos orgânicos de Antoni Gaudí (1852–1926), dos *happenings* de vanguarda aos trabalhos imersivos de Refik Anadol (1985), passando por combinações inovadoras de arquitetura, paisagismo, escultura, cenografia e criação audiovisual.[26]

No campo da arquitetura, em particular, articulações do conceito de obra de arte total ou abrangente estiveram na base de sucessivos esforços de refundação epistêmica, a começar pelo célebre manifesto da *Bauhaus*, elaborado pelo seu líder Walter Gropius (1883–1969):

> O objetivo final de toda atividade plástica é a construção! Ornamentá-la era, outrora, a tarefa mais nobre das artes plásticas, componentes inseparáveis da grande arquitetura. Hoje elas se encontram em singularidade

[23] BROWN, Hilda Meldrum. *The Quest for the Gesamtkunstwerk and Richard Wagner*. Oxford: Oxford University, 2016. p. 1: "Wagner's spectacular success in articulating a lofty vision by means of a fusion or synthesis of two major art forms, drama and music. [...] Various other attempts at synthesis or fusion of different art forms, knowingly or not, had been attempted before him in German opera of the 19th century, as well as in those other combinations of the arts [...], for example, landscape gardening and the visual arts. Wagner, however, succeeded in developing techniques which radically transformed the make-up and scope of the genre of opera from the format in which it had traditionally existed, and which had developed in Italy and France since the 17th century".

[24] Em particular, *Die Kunst und die Religion* (1849), *Das Kunstwerk der Zukunft* (1849) e *Oper und Drama* (1852).

[25] Nesse sentido, BROWN, Hilda Meldrum. *The Quest for the Gesamtkunstwerk and Richard Wagner*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 2: "To his mind these dramas constituted models of what he had on one occasion in his early writings termed the Gesamtkunstwerk, being examples of a harmonious fusion of their individual components – which in the case of the Greek tragedians were dance, music, and drama".

[26] MUNCH, Anders V. *The Gesamtkunstwerk in Design and Architecture:* From Bayreuth to Bauhaus. Aarhus: Aarhus University Press, 2021. Vários exemplos em MARTIN, Naomi. Gesamtkunstwerk – The Total Work of Art Through the Ages. *Artland Magazine* [*on-line*], [s.d.]. Disponível em: https://magazine.artland.com/gesamtkunstwerk-the-total-work-of-art-through-the-ages/. Acesso em: 07 jul. 2025.

> autossuficiente, da qual só poderão ser libertadas um dia através da consciente atuação conjunta e coordenada de todos os profissionais. Arquitetos, pintores e escultores devem conhecer e compreender de novo a estrutura multiforme da construção em seu todo e em suas partes; então suas obras se preencherão outra vez do espírito arquitetônico que se perdeu na arte de salão.[27]

O primeiro país a reconhecer a proteção autoral de obras de arte abrangente – expressão empregada, a partir deste ponto, para designar tanto as obras de arte total propriamente ditas quanto suas variações menos exigentes, que são, na prática, muito mais comuns – foi, como se pode imaginar, a Alemanha.[28] Obras de arte abrangente foram ali caracterizadas como produto da união de elementos criativos que, protegidos ou não em sua singularidade, combinam-se de maneira original.[29] [30]

6 Casos de proteção de criações originais totais ou abrangentes

A proteção autoral de criações originais totais ou abrangentes pode ser ilustrada a partir de três casos, dois alemães (6.1 e 6.2) e um italiano (6.3). Esses casos servirão de referência para a qualificação do complexo Cidade Matarazzo como criação original abrangente na seção seguinte.

---

[27] O manifesto foi impresso em 1919, em formato de panfleto. Seu texto era acompanhado de uma xilogravura de Lyonel Feininger (1871-1956) intitulada *Kathedrale* – referência ao ideal gótico da obra de arte total ou abrangente (GROPIUS, Walter. *Programm des Staatlichen Bauhauses in Weimar*.1919. Disponível em: http://bit.ly/4npY5ni. Tradução de Laís Kalka disponível em: https://bit.ly/4l42fQ1. Acesso em: 01 jul. 2025.

[28] O adjetivo *abrangente* refere-se antes ao substantivo *arte* que ao substantivo *obra*. Por isso, obras de arte abrangente, e não abrangentes. Não se trata de obras de arte comuns com escopo abrangente, mas de obras de uma arte distinta – a arte abrangente.

[29] Doutrina: WANDTKE, Artur-Axel; OSTENDORFF, Saskia. *Urheberrecht*. 8. ed. Berlin: De Gruyter, 2021. p. 311, Rdnr. 48 (em relação aos filmes). Jurisprudência: SCHRICKER, Gerhard. BGH, 7. 2. 2002 – I ZR 304/99. Urheberrecht und "Gesamtkunstwerk". *JuristenZeitung*, Tübingen, v. 57, n. 14, p. 716-721, jul. 2002. p. 720 (tratando de caso em que se reconheceu a relevância jurídica da *Gesamtkunstwerk*).

[30] A direção de filmes é, neste ponto, um exemplo recorrente. Diretores podem ser considerados autores se sua contribuição for nova, original e suficientemente distinta do trabalho realizado por produtores, roteiristas, cinegrafistas, cenógrafos e figurinistas e assim por diante. Mesmo quando compostos a partir de obras singularmente protegidas, filmes podem constituir – como no mais das vezes constituem – obras independentes, materializadas sob a forma de composições unitárias. Discussão em: GOLDSTEIN, Paul; HUGENHOLTZ, P. Bernt. *International Copyright:* Principles, Law, and Practice. 4. ed. Oxford: Oxford University, 2019. p. 238-243.

6.1 Efeito estético abrangente: caso da Paixão de *Oberammergau*

Em 1985, o Tribunal Federal alemão *(Bundesgerichtshof)* decidiu que cenários de teatro reproduzidos em desenhos e esboços podem receber proteção de direitos autorais.[31] Sua qualificação como obra protegida decorreu do fato de que os cenários expressavam um efeito estético abrangente ou total (*Gesamtwirkung*), que havia se materializado no conjunto da composição do espaço cênico e na disposição dos diferentes elementos do cenário.[32]

O caso envolvia os herdeiros do antigo diretor e cenógrafo da mais famosa encenação da Paixão de Cristo no mundo, que ocorre em Oberammergau, na Alemanha. Os filhos tinham se voltado contra o município alemão, que decidira alterar os cenários da peça, dez anos após a morte do diretor. Os herdeiros queriam impedir modificações na obra e, por isso, basearam-se nos direitos autorais de seu pai. O município se defendeu sob a alegação de que não existia proteção de direitos autorais sobre cenários teatrais.

De fato, os cenários teatrais não estavam entre as modalidades típicas de direitos protegidos pela Lei Autoral alemã.[33] Ainda assim, no que diz respeito à proteção de direitos autorais sobre cenários, o Tribunal deu razão aos herdeiros. Considerou-se que havia um efeito criativo por trás do cenário como um todo: o diretor conseguira expressar seu ímpeto artístico, dando forma a uma criação cujos efeitos estilísticos podiam ser sentidos pela unidade subjacente aos elementos singulares. A originalidade necessária para caracterizar uma obra protegida foi, dessa maneira, atendida.[34]

Vale enfatizar que a decisão não reconheceu apenas a proteção dos desenhos e esboços, mas a originalidade do cenário teatral "na sua totalidade" (*in ihrer Gesamtheit*). O Tribunal refletiu, nesse sentido, o que já era entendimento majoritário na doutrina alemã:

---

31 Bundesgerichtshof, Urt. v. 28.11.1985, Az.: I ZR 104/83 ("*Oberammergauer Passionsspiele*").

32 Bundesgerichtshof, Urt. v. 28.11.1985, Az.: I ZR 104/83, Rdnr. 15.

33 A Lei de Direitos Autorais alemã – *Urheberrechtsgesetz* (UrhG) – protege criações pessoais intelectuais ("*persönliche geistige Schöpfungen*") (§2 II UrhG). Um rol exemplificativo de obras protegidas consta do §2 UrhG, que determina: "Entre as obras literárias, científicas e artísticas protegidas pertencem, especialmente: (inciso I) obras linguísticas, como obras escritas, discursos e programas de computador; (II) obras musicais; (III) obras pantomímicas, incluindo obras de dança artística; (IV) obras de artes visuais, incluindo obras de arquitetura e de arte aplicada e os esboços dessas obras; (V) obras fotográficas, inclusive as criadas por métodos similares; (VI) obras cinematográficas, inclusive as criadas por métodos similares; e (VII) representações de natureza científica ou técnica, como desenhos, plantas, mapas, esboços, tabelas e representações plásticas.

34 Bundesgerichtshof, Urt. v. 28.11.1985, Az.: I ZR 104/83, Rdnr. 15-16.

> O BGH considerou, aparentemente em conformidade com a opinião majoritária atual e com razão, que os cenários teatrais (*Bühnenbilder*) são obras protegidas pelo direito autoral em sua totalidade, independentemente da proteção dos elementos individuais, desde que possam ser compreendidos como uma obra unificada e contenham uma criação intelectual pessoal no sentido do §2, inciso II, da Lei de Direito Autoral (UrhG).[35]

6.2 Combinação original de tela e moldura: caso *Unikatrahmen*

Um segundo caso de relevo no qual o reconhecimento de criações originais totais ou abrangentes desempenhou um papel central é conhecido como *Unikatrahmen*. Tratou-se, então, de disciplinar o aspecto negativo da figura: criadores de elementos empregados na composição de uma obra de arte abrangente têm direito de repudiar combinações envolvendo suas obras.

O artista Friedensreich Hundertwasser confiou duas de suas telas a um comerciante, que deveria vendê-las. O comerciante decidiu expor as telas em molduras pintadas por terceiros. As molduras complementaram as telas de tal maneira que se criou a impressão de se tratar de uma nova obra, unificada. O artista não havia consentido, porém, com essa combinação.[36]

O caso foi levado ao *Bundesgerichtshof*, que decidiu que a venda das telas combinadas com as molduras configurou uma "adaptação" (*Bearbeitung*) não autorizada das obras originais. O Tribunal afirmou que, ao atribuir-lhe criação que não era mais sua, a combinação de tela e moldura constituía violação do direito moral do autor à integridade da obra.[37]

O conceito de obra de arte total ou abrangente foi crucial para a decisão. O Tribunal entendeu que as molduras tinham sido especialmente concebidas pelo vendedor de modo a que, quando combinadas com as pinturas, pudessem ser percebidas por terceiros como uma "*Gesamtkunstwerk*" do artista – certamente, aqui, como se pode notar, em um sentido menos exigente que o sugerido pelo conceito wagneriano de obra de arte total.[38]

---

[35] SACK, Rolf. BGH, 28. 11. 1985 – I ZR 104/83. Zur Urheberrechtsschutzfähigkeit von Bühnenbildern und zur Einräumung eines Bearbeitungsrechts. *JuristenZeitung*, Tübingen, v. 41, n. 21, p. 1014-1018, 1986. p. 1016. No original: "Der BGH nimmt offenbar in Übereinstimmung mit der heute h. M. und mit Recht an, daß Bühnenbilder ungeachtet der Schutzfähigkeit der einzelnen Teile in ihrer Gesamtheit urheberrechtlich geschützte Werke seien, wenn sie als einheitliches Werk aufgefasst werden können und eine persönliche geistige Schöpfung i. S. v. 2 II UrhG enthalten".

[36] Bundesgerichtshof, Urteil des I. Zivilsenats vom 7.2.2002 – I ZR 304/99 ("*Unikatrahmen*").

[37] Bundesgerichtshof, Urteil des I. Zivilsenats vom 7.2.2002 – I ZR 304/99. p. 17-18.

[38] Bundesgerichtshof, Urteil des I. Zivilsenats vom 7.2.2002 – I ZR 304/99. p. 17.

A recepção da decisão pela doutrina envolveu, em especial, referências à categoria da obra de arte total ou abrangente:

> No caso analisado, as imagens de *Hundertwasser* permaneceram intocadas enquanto tais, mas surgiu a impressão de que elas se estendiam às molduras, formando-se, com isso, uma "obra de arte total ou abrangente" (*Gesamtkunstwerk*). A identidade das imagens foi assim afetada; onde antes havia apenas uma imagem, o observador agora encontra uma composição visivelmente coesa entre imagem e moldura. Em geral, imagens e molduras são vistas separadamente; a moldura de uma imagem, em regra, ainda não constitui uma modificação da obra. A situação é diferente, no entanto, quando a imagem se prolonga até a moldura e se une a ela, formando uma unidade.[39]

6.3 *Layout* de estabelecimentos comerciais: caso *Kiko Milano*

Em 2015, a Kiko Milano, famosa rede italiana de lojas de cosméticos, foi a juízo pleitear proteção de direitos autorais sobre o *layout* de seus estabelecimentos comerciais. Segundo a empresa, os interiores de suas lojas poderiam ser protegidos como obras arquitetônicas ou obras atípicas (*opere atipiche*), ambas igualmente protegidas pela Lei de Direitos Autorais italiana.[40]

A ré, por sua vez, alegou que os elementos utilizados nas lojas Kiko seriam comuns no setor varejista de cosméticos e, por isso, destituídos de originalidade suficiente para atrair a proteção autoral. Conforme a sua argumentação, os móveis e a disposição dos produtos obedeceriam a soluções técnicas e funcionais usuais, amplamente adotadas por diversos concorrentes.[41]

O Tribunal de Milão reconheceu, contudo, que houve a criação de um "conceito" particular – *concept*, na linguagem do Tribunal. Os requisitos exigidos pela

[39] SCHRICKER, Gerhard. BGH, 7. 2. 2002 – I ZR 304/99. Urheberrecht und „Gesamtkunstwerk". *JuristenZeitung*, Tübingen, v. 57, n. 14, p. 716-721, jul. 2002. p. 719-720. No original: "Im vorliegenden Fall blieben die Hundertwasser-Bilder als solche zwar unangetastet, aber es entstand doch der Eindruck, dass sie sich auf die Rahmen fortsetzten, mit diesen ein ‚Gesamtkunstwerk' bildeten. Die Identität der Bilder wurde somit berührt; wo vorher nur ein Bild vorhanden war, findet der Betrachter nun eine ersichtlich zusammengehörige Komposition aus Bild und Rahmen. Bilder und Rahmen werden im Allgemeinen zwar getrennt gesehen; die Rahmung eines Bildes stellt in der Regel noch keine Bearbeitung dar. Anders liegen die Dinge freilich, wenn sich das Bild in den Rahmen hinein fortsetzt und sich mit diesem zu einer Einheit verbindet".

[40] Tribunale di Milano, Sentenza n. 11416/2015 pubbl. il 13/10/2015. p. 2: "accertare e dichiarare che il lay-out dei negozi della catena di Kiko, così come i relativi progetti, costituiscono opere dell'architettura protette dal diritto d'autore ai sensi dell'art. 2 n. 5 l.d.a., o comunque opere atipiche protette dalla stessa legge [...]".

[41] Tribunale di Milano, Sentenza n. 11416/2015 pubbl. il 13/10/2015. p. 11.

legislação italiana para a caracterização da autoria – como no Brasil, origem humana, exterioridade e originalidade –, teriam se materializado na "escolha, coordenação e organização dos elementos da obra, em relação ao resultado abrangente obtido".[42] Uma hipótese exemplar de criação original abrangente que não se confunde com seus elementos singulares.

No caso *Kiko Milano*, a apreensão da totalidade torna-se ainda mais decisiva na medida em que nem todos os seus componentes seriam passíveis de proteção autoral. De acordo com o Tribunal, a originalidade do conceito poderia ser aferida a partir do resultado global que se obteve por meio da concatenação de elementos como a entrada em *open space*, a disposição dos produtos em expositores laterais com paredes em *plexiglas* e o recurso a uma combinação específica de cores e luzes na ambientação das lojas.[43]

7 Cidade Matarazzo enquanto criação original abrangente

Inspirado por uma visão de regeneração urbana culturalmente enraizada e ambientalmente responsável, Alex Allard concebeu o complexo Cidade Matarazzo como um organismo integrado: não apenas restaurou edificações tombadas, mas atribuiu-lhes significados originais, aliando arquitetura, paisagismo e cenografia a padrões de hospitalidade, modelos de experiência (*user experience*) e narrativas estruturadas (*storytelling*).

O complexo Cidade Matarazzo não se distingue de outros empreendimentos apenas pelos seus elementos singulares, mas sobretudo pela sua vinculação a uma totalidade significativa, um *cenário abrangente*, se quisermos pensá-lo nos termos de *Oberammergau*: os interiores de Philippe Starck exprimem, em linguagem cenográfica, ideais de hospitalidade sensorial e de memória coletiva; a torre de Jean Nouvel é desdobramento formal da ideia de imersão vertical na natureza; os vitrais de Vik Muniz na Capela Santa Luzia incorporam a intenção de reativar simbolicamente a história local; os azulejos de Fernando de La Rocque no restaurante Blaise – cujo nome homenageia Blaise Cendrars, referência central de uma modernidade em trânsito – traduzem a fusão entre tradição e cosmopolitismo.[44]

---

[42] Tribunale di Milano, Sentenza n. 11416/2015 pubbl. il 13/10/2015. p. 13: "In tale contesto il carattere creativo, requisito necessario per la tutela, può essere valutato in base alla scelta, coordinamento e organizzazione degli elementi dell'opera, in rapporto al risultato complessivo conseguito".

[43] Tribunale di Milano, Sentenza n. 11416/2015 pubbl. il 13/10/2015. p. 14.

[44] O poeta franco-suíço Blaise Cendrars (1887-1961) exerceu influência decisiva sobre o modernismo brasileiro, especialmente por meio de sua amizade com Oswald de Andrade e do impacto de obras como *La prose du Transsibérien* e *Feuilles de route*. Sua visão cosmopolita e errante da modernidade inspirou não apenas a poesia de vanguarda no Brasil, mas também a ideia de uma arte em trânsito – múltipla, mestiça,

Cada um desses elementos, somados a outros, de autoria singular de Allard – sejam eles objeto de proteção autoral específica, como a fachada escultural da Rua Itapeva, inspirada nos arcos da fase metafísica de Giorgio de Chirico (1888–1978), ou apenas indicativos da concepção unitária do autor, como a integração da livraria de arte ao *lobby* do hotel e a criação do posto de *concierge d'art* – subsome-se a uma totalidade distinta, passível de proteção. A abrangência dessa totalidade remete ao caso *Kiko Milano*, em que, como vimos há pouco, a proteção autoral da criação abrangente envolveu elementos que não poderiam ser protegidos isoladamente.

Trata-se, afinal, de um *complexo:* um conjunto "de instalações ou edifícios coordenados para facilitar o desempenho de uma atividade" ou, de modo mais amplo, um conjunto "de coisas ligadas por um nexo comum".[45]

O que se demanda no caso a que se dirige este Parecer, em suma, é precisamente o reconhecimento, por via de produção probatória pericial, de uma "criação do espírito" original que se exprime na escolha, articulação e direção criativa de componentes oriundos de diferentes campos.[46] É importante notar que essa escolha não foi *posterior* a cada uma das criações singulares (como em *Unikatrahmen,* por exemplo), mas *anterior* a elas: as obras que compõem o complexo Cidade Matarazzo foram desenvolvidas *a partir* da coordenação de Allard e *em função* do conceito por ele articulado.

A unidade da concepção que daria forma ao Cidade Matarazzo foi marcada pela exposição de arte contemporânea *Made by... Feito por Brasileiros*, realizada entre setembro e outubro de 2014 nas instalações que viriam a abrigar o complexo. O evento reuniu mais de cem obras de artistas brasileiros e estrangeiros, e teve ampla repercussão na mídia nacional e internacional. Sua referência na página da *Wikipedia* dedicada a Alex Allard é reveladora: "a prefiguração do espírito da Cidade Matarazzo".[47] A partir desse ponto, a criação original abrangente de Allard torna-se amplamente conhecida.[48]

aberta ao mundo. Referências em ARAUJO, Natalia Aparecida Bisio de. (RE)Descobrindo o Brasil: as relações estéticas entre Blaise Cendrars, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. *Revista do SELL*, Uberaba, v. 8, n. 2, p. 420-440, 2019.

45 "Complexo" [verbete]. *In*: DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA [*on-line*] [s.l.]. 2008-2025. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/complexo. Acesso em: 02 jul. 2025.

46 Isso sugere, naturalmente, que nem todo complexo cultural-hoteleiro será protegido por direito autoral. A proteção do complexo Cidade Matarazzo se justifica pela originalidade de sua concepção.

47 "Alexandre Allard" [verbete]. *In*: WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia. [SanFrancisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Allard. Acesso em: 03 jul. 2025.

48 O reconhecimento da autoria abrangente de Allard é evidenciado em uma série de depoimentos recolhidos no livro preparado a partir da exposição: POTTIER, Marc (Coord.). *Invasão criativa:* Cidade Matarazzo. São Paulo: Associação Feito por Brasileiros, 2016. Vale reproduzir, por todos, um trecho do depoimento de Phillip Starck, p. 444: "Eu conheci Alexandre Allard há alguns anos e imediatamente – e tenho a sensibilidade de enxergar o valor das pessoas – vi um ser excepcional, sobretudo na nossa época. Reconheci um grande

Insista-se: a proteção jurídica da criação original abrangente do complexo Cidade Matarazzo não nega nem diminui a proteção da autoria singular das obras que compõem suas instalações. Pelo contrário: o que se busca na demanda a que se dirige este Parecer é justamente qualificar o reconhecimento de obras singulares por meio de sua integração a uma totalidade original, que está e sempre esteve *na base* das criações singulares.[49]

8 Irrelevância do procedimento arbitral invocado pela Ré

Em sua Contestação, a Ré afirma que "em 2015, já houve uma arbitragem envolvendo os direitos autorais sobre o projeto ora discutido, cuja titularidade foi reconhecida como sendo de BM Empreendimentos".[50] Trata-se do Procedimento Arbitral [*omissis*].

As informações prestadas pelos patronos do Consulente permitem concluir que o Procedimento Arbitral [*omissis*] não tem nenhuma relação com o caso discutido na Ação de Produção Antecipada de Provas a que se dirige este Parecer. Alex Allard sequer foi parte nesse Procedimento, que tratou de divergência sobre o escopo da contratação de estudos de viabilidade administrativa, técnica e comercial que sequer foram concluídos.

O Procedimento Arbitral [*omissis*] não trata dos esboços e projetos de arquitetura, paisagismo e cenografia discutidos na Ação ora movida por Alex Allard, muito menos de seu principal objeto, que é a produção de provas aptas a viabilizar a atribuição de autoria sobre sua criação original abrangente. Esse Procedimento Arbitral, é importante dizer, sequer poderia cuidar desses assuntos, pois se restringe

aventureiro, um grande realizador, alguém com uma visão, quase com uma loucura, que corre riscos. Em uma época em que tudo é guiado por sondagens, pesquisas, conselhos de administração, isso é cada vez mais raro. Imediatamente, apaixonei-me por ele. Para mim, é fundamental trabalhar com gente assim. São pessoas como ele que realizam as coisas. Pessoas como nós, dotadas de criatividade, têm a capacidade de sonhar, mas, na realidade, o que fazem é apenas cristalizar o sonho de seres como Alexandre Allard, que possuem visão".

49 Trata-se, aliás, do avesso daquilo que costuma ocorrer em projetos de grande porte, nos quais a centralidade da "criação espiritual" do todo que unifica as partes tende a eclipsar o reconhecimento de contribuições individuais. Um caso envolvendo (mais uma vez) o artista Friedensreich Hundertwasser fornece um bom exemplo disso. Uma de suas obras mais significativas é um edifício residencial construído na primeira metade da década de 1980 em Viena. A obra foi nomeada pela sua autoria: *Hundertwasserhaus*. Seu desenvolvimento, no entanto, foi apoiado pelo arquiteto Josef Krawina, que mais tarde pleiteou judicialmente o reconhecimento de sua coautoria ao lado Hundertwasser. Após oito anos de litígio, a Suprema Corte da Áustria, em decisão proferida em 11 de março de 2010 (OGH, 4 Ob 195/09v), reconheceu Krawina como coautor, com direito a ser creditado com igual destaque e a receber participação nos *royalties* decorrentes da reprodução da obra.

No caso Cidade Matarazzo, ocorre problema inverso: a vítima é o seu primeiro autor.

50 Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Contestação de BM Empreendimentos, fls. 858.

a fatos desencadeados em 2011 – vários anos antes, portanto, de a concepção original abrangente do complexo Cidade Matarazzo ganhar exterioridade.

9 Projeções jurídicas do reconhecimento da autoria

O reconhecimento de Alex Allard como autor do complexo Cidade Matarazzo – seja quanto aos projetos e esboços de elementos arquitetônicos, paisagísticos e cenográficos singulares, seja quanto ao seu conjunto unitário, acima qualificado como criação original abrangente – tem, nos termos da LDA, projeções morais e patrimoniais (LDA, art. 22).[51]

Esta seção enfoca duas consequências morais da autoria: o direito de nominação (9.1) e a proteção da integridade da criação (9.2). As projeções patrimoniais da autoria não são objeto da ação judicial a que se dirige este Parecer, mas é relevante esclarecer a pertinência de uma delas: a vedação de reproduções não autorizadas, inclusive em âmbito internacional (9.3).

9.1 Pretensão de nominação da obra protegida

O direito moral de nominação ou paternidade da obra – em rigor, *pretensão* de nominação ou paternidade –, assegura ao autor o vínculo entre seu nome e sua criação.[52] O art. 24, II da LDA insere a nominação, inclusive em relação a pseudônimos e sinais convencionais, entre os direitos morais do autor. Correspondentemente, quem quer que utilize a obra tem o dever de identificar a sua autoria. Como a generalidade dos direitos morais, o direito de nominação é intransmissível e irrenunciável.[53]

A autoria de Alex Allard vinha sendo reconhecida desde a concepção do complexo Cidade Matarazzo.[54] No entanto, de acordo com a Petição Inicial da Ação de Produção Antecipada de Provas a que se dirige este Parecer, a BM Empreendimentos teria, por conta de disputas societárias que não dizem respeito a direitos

[51] Seria mais apropriado falar de consequências *pessoais*, na medida em que a expressão "direitos morais" tem um significado convencional mais amplo do que aquele assumido na literatura autoral. Não obstante, o texto seguinte acompanha a terminologia da LDA, que se refere a "direitos morais".

[52] PONTES NETO, Hildebrando. O Direito Autoral e o Arquiteto. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, São Paulo, v. 77, p. 165-176, 1982. p. 168.

[53] ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. p. 142. A esse respeito, na jurisprudência, STJ, 2ª Seção, AR n. 6.373/DF, Rel. Min. Moura Ribeiro, julg. 26.10.2022.

[54] Isso fica evidente nas inúmeras referências à autoria de Allard em POTTIER, Marc (coord.). *Invasão criativa:* Cidade Matarazzo. São Paulo: Associação Feito por Brasileiros, 2016.

autorais, procurado "extinguir, de todas as formas, as sinalizações da relação de Alex Allard com o projeto Cidade Matarazzo".[55] Essa conduta viola a proteção estabelecida no art. 24, II da LDA.

O mais recente ataque à nominação de Allard teria ocorrido em 14 de novembro de 2024, quando, ainda de acordo com a Petição Inicial da Ação de Produção Antecipada de Provas, o autor teria recebido da BM Empreendimentos documento intitulado *Term Sheet*. Esse documento revela, a um só tempo, *reconhecimento* e *tentativa de subtração* dos direitos de propriedade intelectual de Allard, como se pode depreender de sua Cláusula Segunda, por meio da qual Allard e a BM Empreendimentos reconheceriam que:

> toda a propriedade intelectual e outros direitos sobre todos os materiais, registrados ou não, que são ou foram criados para ou usados em conexão com o Projeto, que foram usados em conexão com ou exibem as Marcas Registradas da BME Matarazzo ou a Marca Registrada do Logo M, ou que sejam criados no futuro para uso ou potencial uso em conexão com o Projeto ("Outros Ativos de Marca") são propriedade exclusiva da BME [...].[56]

A proposta, evidentemente rejeitada, indica tentativa de apropriação das posições morais e patrimoniais decorrentes da autoria do complexo Cidade Matarazzo. A apropriação das posições morais, claro, não seria válida; e a apropriação das posições morais seria ineficaz, porque desprovida de contrapartida proporcional. Em todo caso, se Alex Allard não fosse reconhecido pela BM Empreendimentos como criador do complexo, não haveria razão alguma para que a companhia lhe propusesse o *Term Sheet*.

9.2 Pretensão de preservação da integridade

A segunda consequência da proteção moral da autoria é a pretensão de oposição a atos que violem a *integridade* da criação. Os contornos dessa posição jurídica são menos nítidos que os da pretensão de nominação. Sua primeira definição é oferecida pelo art. 24, IV da LDA. Lemos ali que o autor tem direito a "assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra".

[55] Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Petição Inicial de Alexandre Ludovic Allard, fls. 15, §45.
[56] Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Petição Inicial de Alexandre Ludovic Allard, fls. 12, §34,

Em termos menos exigentes, o art. 621 do Código Civil (CC) dispõe que

> [s]em anuência de seu autor, não pode o proprietário da obra introduzir modificações no projeto por ele aprovado, ainda que a execução seja confiada a terceiros, a não ser que, por motivos supervenientes ou razões de ordem técnica, fique comprovada a inconveniência ou a excessiva onerosidade de execução do projeto em sua forma originária.

A conjugação das duas regras evidencia um *direito de oposição a alterações injustificadas.* Não se trata de vedação absoluta a alterações – orientação que entraria em choque com a proteção de interesses legítimos de terceiros, sobretudo em se tratando de construções com impacto urbanístico –, mas de submissão de sua análise ao autor da obra afetada. Daí, por exemplo, a sugestão doutrinária de que, se o autor não for interpelado sobre a proposta de alteração, terá a seu favor embargos de construção.[57]

A proteção da integridade ganha particular relevo diante de disputas envolvendo a autoria de criações artísticas totais ou abrangentes. Isso ficou claro, como vimos, no caso da Paixão de Cristo em *Oberammergau* (item 6.1 acima). Os cenários empregados na montagem expressavam, nos termos do *Bundesgerichtshof*, um efeito estético abrangente ou total. Foi a partir desse efeito que o Tribunal reconheceu a originalidade da obra, e a partir dela, um possível fundamento para proteger a integridade da criação.

9.3 Vedação à reprodução não autorizada

Além das pretensões de nominação e de preservação da integridade da obra protegida, a titularidade da autoria confere direitos de exploração econômica da obra pelo seu autor. Entre eles, destacam-se o poder (que inclui a faculdade) de reprodução, referido no art. 5º, V da LDA.

O art. 29, sempre da LDA, impede que a obra seja utilizada – distribuída, traduzida, editada, adaptada e reproduzida, ainda que parcialmente – sem prévia e expressa autorização do autor. A regra é clara: a reprodução sem consentimento do titular configura violação de direito autoral, ainda que acompanhada de menção ao nome do autor ou restrita a partes da obra.

Nos termos do art. 46 da LDA, exceções à regra da autorização são taxativas e devem ser interpretadas restritivamente, não se aplicando a reproduções

[57] MORAES, Walter. *Questões de direito do autor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977. p. 45-46.

destinadas à exploração comercial nem à criação de obras derivadas. No caso do complexo Cidade Matarazzo, a utilização de imagens, fragmentos ou derivações da obra de autoria de Alex Allard sem sua autorização expressa pode configurar violação ao seu direito exclusivo de reprodução.

A vedação a reproduções não autorizadas não está restrita ao território nacional. O art. 5º da Convenção de Berna, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 75.699 de 1975, determina que a proteção conferida aos autores não depende de registro e se estende automaticamente aos demais países signatários.[58] Essa regra é corroborada pelo princípio da reciprocidade enunciado no art. 2º da LDA.[59]

Essas disposições asseguram que qualquer reprodução ou adaptação em território estrangeiro do conceito original que unifica o complexo Cidade Matarazzo deve observar os direitos de seu autor, independentemente do país onde a reprodução ou adaptação se produza.

10 Atribuição de autoria de obra protegida

Em direito autoral, atribuir autoria é vincular a criação de uma obra protegida ao seu autor. Não se trata simplesmente de associar fatos a pessoas, mas de reconhecer fatos qualificados – criações exteriorizadas e originais – e vincular sua produção ao intelecto de seu criador.

A autoria de obras protegidas por direitos autorais passa, como vimos, pelo reconhecimento de sua originalidade (item 3.2 acima). Avaliar a originalidade de uma obra artística é muito diferente de constatar fatos brutos. A avaliação da originalidade envolve conhecimento especial dos campos em que a obra se realiza. Esse conhecimento tende a extravasar as competências jurídicas ordinariamente apreendidas nos cursos de direito. Daí a necessidade de cooperação entre juristas e especialistas de outras áreas – cooperação que se realiza por meio daquilo que chamamos de *perícia*.[60]

[58] BARBOSA, Denis Borges. *Direito de Autor:* Questões fundamentais de direito de autor. [s.d.]. Disponível em https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/questes-fundamentais-de-direito-de-autor-livro-revisofinal-2-1.pdf. p. 88. Acesso em: 06 jul. 2025.

[59] LDA, art. 2º: "Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e tratados em vigor no Brasil. Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade na proteção aos direitos autorais ou equivalentes".

[60] A produção pericial de prova é condição necessária da *atribuição de autoria*. Atos de atribuição não devem ser encarados como imputações de causalidade comuns. Em um importante artigo de 1949 intitulado *The Ascription of Responsibility and Rights*, Herbert Hart procurou mostrar que atos de atribuição de predicados jurídicos não se reduzem à descrição de coisas, pessoas, acontecimentos ou quaisquer outros fatos

10.1 Necessidade de perícia técnica

De acordo com o art. 156 do Código de Processo Civil (CPC), "[o] juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico". A prova de um fato depende de conhecimento técnico ou científico quando sua compreensão, verificação ou avaliação ultrapassar o repertório comum de experiências do juiz.[61]

Em outras palavras, se a apreensão do fato alegado e de suas repercussões envolver questões que exijam formação especializada – arquitetura, medicina, contabilidade, artes plásticas e assim por diante – o juiz poderá, com base na lei, recorrer a especialistas. Trata-se de exigência não apenas normativa, mas epistêmica: não se espera que o magistrado domine campos alheios ao direito, tampouco que seja capaz de produzir inferências válidas a partir de critérios que extrapolem o conhecimento jurídico.[62]

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já teve oportunidade de reconhecer a necessidade da perícia em casos que envolvam atribuição de autoria sobre obras protegidas,[63] e essa exigência é indisputada na doutrina.[64] Tal é a relevância da prova pericial no âmbito do reconhecimento e da atribuição de direitos autorais que

empíricos, tampouco à expressão de estados psíquicos como crenças e desejos. Mais do que isso, atribuições jurídicas correspondem a um tipo especial de declaração performativa: atos de linguagem ou fala (*speech acts*) que produzem alterações – afetações constitutivas, modificativas ou extintivas – no mundo jurídico (HART, Herbert L A. The Ascription of Responsibility and Rights. *Proceedings of the Aristotelian Society, New Series*, Oxford, v. 49, p. 171-194, 1948-1949). Essa aptidão explica por que o direito impõe requisitos ou solenidades a atos de atribuição, e especialmente a atos de atribuição relativos a bens exteriores corpóreos e incorpóreos. A exigência de *modos de aquisição* específicos para a transmissão de bens sujeitos a regimes de propriedade imobiliária – escritura pública e registro, em particular – é o exemplo mais evidente, mas não o único. A atribuição de autoria envolve exigências semelhantes, que ganham ainda mais relevo por se tratar também do reconhecimento do caráter protegido da obra em questão.

61 ALVIM, Arruda. Apontamentos sobre a perícia. *In*: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Org.). *Doutrinas essenciais* – Processo civil – Atividade probatória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 4, p. 432: "A perícia existe, no processo, pela circunstância de o juiz necessitar, *especialmente*, do auxílio do perito, no que respeite às *informações* técnicas ou científicas, bem como, normalmente, dos elementos para a *interpretação* de tais informações, que também lhe possam ser oferecidos". O conhecimento técnico é um "dado tipo de conhecimento, necessário ao esclarecimento e julgamento da causa", como o conhecimento em matéria de arte e de arquitetura.

62 Esse é o sentido do art. 375 do CPC: "O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial".

63 STJ, 2ª Seção, REsp 1.138.522/SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julg. 8.2.2017. p. 10: "[...] no caso concreto há mesmo incerteza quanto à autoria da obra intelectual, o que só se resolveria, ao meu ver, com prova pericial. Somente uma análise técnica poderia ensejar a conclusão de que o componente lógico empregado nos equipamentos da recorrente é mesmo de autoria do recorrido".

64 MELO, Paulo Cordeiro de. *A perícia no novo código de processo Civil*. São Paulo: Trevisan, 2016. p. 164: "Entendese que, em casos envolvendo direitos autorais, poderá o magistrado nomear perito sempre calcado na regra geral do art. 156 do Novo CPC, que determina que, quando a prova do fato de pender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será auxiliado por um perito". No mesmo sentido, MARINANGELO, Rafael. O direito autoral aplicável aos projetos de arquitetura. *Civilistica.com*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1-112,

o art. 842 do CPC de 1973 continha regra expressa no sentido da necessidade da presença de dois peritos em procedimentos de busca e apreensão de obras protegidas.[65]

A necessidade de perícia técnica para atribuição de autoria ganha contornos ainda mais nítidos quando o que está em jogo são criações artísticas ou intelectuais abrangentes, a exemplo do complexo Cidade Matarazzo. Nesse caso, caberá ao perito designado não apenas constatar a existência dos suportes materiais das criações protegidas que compõem o complexo – obras oriundas de esboços e projetos de arquitetura, paisagismo e cenografia, em particular –, mas também identificar a coordenação entre obras singulares e o conceito abrangente desenvolvido por Alex Allard.

Essa espécie de coordenação, característica das obras intelectuais abrangentes, justifica a amplitude do pedido apresentado na Petição Inicial:

> deferimento da produção antecipada da prova pericial de constatação, de acordo com os artigos 464 e ss. do CPC, para registro das obras, desenhos, pinturas, esculturas, torres e de todos os demais elementos que compõem o Projeto Cidade Matarazzo, a fim de que sejam resguardados os direitos autorais do Requerente pelos riscos de alterações no complexo, com designação de perito arquiteto da confiança do Juízo e posterior oportunidade ao Requerente de indicação de assistente técnico e formulação de quesitos.[66]

A Contestação da BM Empreendimentos qualificou esse pedido como "genérico". De acordo com a ré, o pedido "não permitiria identificar, de forma precisa e objetiva, a prova se que pretende produzir".[67] A formulação de Allard reflete, no entanto, as peculiaridades da prova de uma criação original abrangente, na qual a autoria se revela através da combinação de elementos (nos termos da Petição Inicial: "registro das obras, desenhos, pinturas, esculturas, torres e de todos os demais elementos") em função de um conceito comum, núcleo autoral do complexo Cidade Matarazzo.

2022. p. 95, observando, em relação a um caso envolvendo plágio, que a determinação da autoria depende "necessariamente" de exame pericial.

65 CPC–1973 (revogado), art. 842: "O mandado será cumprido por dois oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas. [...] §3º Tratando-se de direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, o juiz designará, para acompanharem os oficiais de justiça, dois peritos aos quais incumbirá confirmar a ocorrência da violação antes de ser efetivada a apreensão".

66 Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Petição Inicial de Alexandre Ludovic Allard, fls. 1, §1 e fls. 12, §33.

67 Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Contestação de BM Empreendimentos, fls. 873.

10.2 Insuficiência de ata notarial

Um dos argumentos centrais da Contestação foi o da *desnecessidade* da ação de produção antecipada de provas. Para a ré, seria possível chegar ao mesmo resultado útil por meio da lavratura de atas notariais.[68]

Ata notarial é um instrumento público lavrado por tabelião de notas, mediante solicitação de pessoa interessada, que tem por finalidade constatar e documentar fatos, situações ou circunstâncias presenciadas ou verificadas diretamente pelo próprio tabelião (Lei nº 8.935 de 1994, art. 7º, III).

Essa função é corroborada pelo art. 384, *caput* do CPC: "A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião". Adiante, o art. 405 reforça o reconhecimento da função probatória da notarização: "O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença".[69]

A função básica da ata notarial é documentar constatações empíricas, sobretudo para posterior emprego probatório. Atas notariais podem, nesse sentido, ser empregadas para comprovar alterações que afetem a integridade de obras protegidas por direitos autorais, *mas não são aptas a demonstrar sua autoria*, tanto mais quando essa autoria estiver conectada com o reconhecimento da originalidade da obra a que diz respeito. Essa espécie de juízo, vimos acima, envolve não apenas a descrição de fatos, mas a vinculação entre criação e criador por meio de um *ato de atribuição*.

Adicionalmente, não se pode esperar que um notário – podemos repetir aqui o que foi dito antes a respeito dos juízes – domine campos alheios ao direito, tampouco que esteja habilitado a produzir inferências válidas a partir de critérios estranhos ao conhecimento jurídico.[70] [71]

A Ré poderia, sim, ir mais fundo em seu argumento. No final de 2023, a Lei nº 14.711 modificou a Lei nº 8.935 para explicitar que atas notariais também poderiam ser empregadas para "constatar a verificação da ocorrência ou da frustração das condições negociais aplicáveis" (Lei nº 8.935 de 1994, art. 7º-A, §2º).

---

[68] Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Contestação de BM Empreendimentos, fls. 869.

[69] Articulando as regras, APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. Das provas: disposições gerais – Arts. 369 a 404. *In*: GOUVÊA, José Roberto F.; BONDIOLI, Luis Guilherme A.; FONSECA, João Francisco N. da (Coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: SaraivaJur, 2020. t. 1, v. 8, p. 280.

[70] Nesse sentido, em relação aos notários, CENEVIVA, Walter. A ata notarial e os cuidados que exige. *In*: BRANDELLI, Leonardo (Coord.). *Ata notarial*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004. p. 97.

[71] Há quem sustente que notários não podem emitir juízos de valor, tampouco opiniões técnicas ou científicas sobre os fatos que eventualmente presenciarem (AMARAL, Paulo Osternack. *Provas*: atipicidade, liberdade e instrumentalidade. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. p. 165).

A legislação reconheceu, assim, que a ata notarial também pode desempenhar uma função *certificadora* – algo que certamente vai além da função tradicional de constatação de fatos.[72]

Essa função, todavia, está restrita à certificação de qualificações jurídicas *oriundas de negócios jurídicos*. Criações passíveis de proteção autoral evidentemente não são negócios jurídicos. O principal objetivo da inovação legislativa foi constituir bases seguras para a atuação notarial em direito dos negócios, como evidencia a regulação da *escrow notarial*.

11 Insubmissão à arbitragem

A Ré se opõe ao prosseguimento da Ação de Produção Antecipada de Provas pela via judicial. De acordo com ela, o juízo da 29ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo "é incompetente para processar e julgar a presente demanda, uma vez que a matéria nela abordada é preparatória a uma futura arbitragem, o que atrai a competência absoluta das Varas Empresariais e de Conflitos de Arbitragem".[73]

O argumento é triplamente equivocado.

A cláusula prevista no art. 30 do Estatuto Social da BM Empreendimentos prevê, sim, que disputas envolvendo a companhia e seus acionistas deverão ser resolvidas por arbitragem perante Câmara de Comércio Internacional (CCI) em Miami. Allard, todavia, *não é* acionista da BM Empreendimentos.

Cláusulas compromissórias não alcançam terceiros, tampouco "acionistas indiretos" – jogo de palavras empregado pela Ré para enquadrar Alex Allard nos termos da cláusula compromissória. Admiti-lo seria desconhecer a principal implicação jurídica da atribuição de personalidade a sociedades empresárias, em violação da tradicional regra de separação entre pessoas jurídicas e seus membros, hoje positivada no art. 49-A do CC.[74]

O art. 30 do Estatuto Social da BM Empreendimentos nada diz, além disso, sobre a vinculação de membros do Conselho de Administração à arbitragem. A cláusula compromissória se refere exclusivamente a "acionistas". É irrelevante, por isso, afirmar que Alex Allard figura como membro do Conselho de Administração e

[72] Discussão em SILVA FILHO, Osny da; DIAS JUNIOR, Sergio Lima. Condições precedentes. *In*: MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo; ADAMEK, Marcelo Vieira von; SILVA FILHO, Osny da (Coord.). *Cláusulas contratuais*. São Paulo: Almedina, 2025. p. 315-317.

[73] Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Contestação de BM Empreendimentos, fls. 853.

[74] CC, art. 49-A: "A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores".

disso extrair alguma consequência jurídica. Do mero fato de ter sido "mencionado no próprio instrumento estatutário que contém a cláusula compromissória"[75] não se pode, logicamente, derivar que Alex Allard esteja vinculado à regra fixada pelo Estatuto, uma vez que a própria cláusula não se refere a ele nem à posição que ocupa.

O segundo equívoco do argumento da Ré é supor que a Ação de Produção Antecipada de Provas está *processualmente vinculada* a outra ação, chamada de "principal", que Allard virá a propor. O CPC deixa claro que ações de produção antecipada de provas são autônomas. O §3º de seu art. 381 reforça esse ponto ao dispor que "[a] produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta".

Nesse ponto, o Tribunal de Justiça de São Paulo já esclareceu que ações que envolvam direitos autorais melhor se enquadram "na competência residual das Varas Cíveis", distinguindo-se, portanto, dos direitos de propriedade industrial, cujos litígios são apreciados pelas Varas Empresariais:

> Com efeito, a matéria em litígio melhor se enquadra na competência residual das Varas Cíveis, eis que a lide concerne a direito autoral, que constituiu forma de propriedade intelectual e está tutelado pela Lei nº 9.610/98, não se confundindo com a propriedade industrial amparada pela Lei 9.279/1996. Esta última, inclusa no rol de matérias de competência da Vara Especializada, nos termos do art. 2º da Resolução nº 763/2016 do TJSP, diz respeito à concessão de patentes, registro de desenho industrial e de marca, repressão às falsas indicações geográficas e à concorrência desleal.[76]

O terceiro e maior equívoco do argumento da Ré está em supor que os temas discutidos na Ação de Produção Antecipada de Provas são arbitráveis. Eles não são. O art. 1º da Lei de Arbitragem é claro: "[a]s pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis". Direitos morais de autor – objeto primário da Ação de Produção Antecipada de Provas e da ação futura, preparada a partir dela – não são nem patrimoniais, nem disponíveis.

A LDA prevê claramente que direitos morais de autor são inalienáveis e irrenunciáveis (art. 27), excluindo-os do comércio jurídico. Obras protegidas são, afinal, "expressão do espírito pessoal do autor" e, para lembrar Tobias Barreto,

[75] Processo nº 1044344-69.2025.8.26.0100, Contestação de BM Empreendimentos, fls. 854.

[76] TJSP, Câmara Especial, Conflito de competência cível 0015384-32.2025.8.26.0000, Rel. Des. Silvia Sterman, julg. 28.5.2025, fls. 6.

"um pedaço da sua personalidade".[77] Mesmo que o criador quisesse, não poderia dispor de seus direitos morais.[78] [79]

Eventual discussão de direitos patrimoniais em ação futura não infirma essa conclusão. De acordo com o STJ, em casos envolvendo direitos autorais, o "pedido principal [...] de cujo acolhimento depende o deferimento de todos os outros" é "o pedido de declaração da autoria da obra". Eventual pedido de indenização, "quando mediato e dependente do reconhecimento do pedido antecedente", não afeta a regra geral de competência.[80]

Convém deixar claro que esse não é um entendimento exótico ou isolado. Pelo contrário. Em amplo levantamento sobre o tema, Dário Moura Vicente mostrou que França, Alemanha, Suíça e Portugal, como o Brasil, restringem a arbitrabilidade de litígios envolvendo direitos morais de autor, tendo em vista, sobretudo, a sua natureza indisponível.[81]

---

[77] BARRETO, Tobias. O que se deve entender por direito autoral. *In*: *Estudos de direito*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892. p. 272.

[78] BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. 8. ed. rev. por Eduardo C. B. Bittar. Rio de Janeiro: Forense, 2022. p. 71: direitos morais de autor não podem "ingressar legitimamente no comércio jurídico, mesmo se o quiser o criador, pois deles não pode dispor".

[79] MORAES, Rodrigo. *Os direitos morais do autor*: repersonalizando o direito autoral. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. p. 16: "nem por livre e espontânea vontade" do autor os direitos morais podem "sofrer mudança de titularidade, seja a título gratuito, seja a título oneroso".

[80] STJ, 2ª Seção, REsp 1.138.522/SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julg. 8.2.2017 (trecho da ementa): "No caso, o pedido principal – de cujo acolhimento depende o deferimento de todos os outros –, a definir a competência para o processo e julgamento do feito, é o pedido de declaração da autoria da obra que estaria sendo utilizada pela recorrente. Não há definição da autoria do manual eletrônico veiculado pela recorrente em seus aparelhos, nem se pode presumir que se trata da mesma obra cuja paternidade é vindicada pelo recorrido, sendo precisamente este o cerne da controvérsia a ser dirimida pelo juízo competente". "O pedido cumulado de indenização, quando mediato e dependente do reconhecimento do pedido antecedente, não afasta a regra geral de competência do foro do domicílio do réu".

[81] VICENTE, Dário Moura. Arbitrability of intellectual property disputes: a comparative survey. *Arbitration International*, Oxford, v. 31, p. 151-162, 2015. p. 159 (item "*No arbitrability of claims concerning moral rights*"): "In the so-called *droit d'auteur* systems, moral rights of authors, such as the rights to the integrity and to the paternity of a work, are incapable of being transmitted or waived by their holders. As a consequence, both in legal systems that exclude arbitrability of disputes concerning non-disposable rights, such as the French one, and in those that adopt, in this regard, the criterion of the economic nature of the claims or interests at stake, such as the German, the Swiss and the Portuguese ones, submission to arbitration of disputes concerning moral rights of authors is restricted". Tradução: "Nos sistemas chamados de *droit d'auteur*, os direitos morais dos autores, como os direitos à integridade e à paternidade da obra, são intransmissíveis e irrenunciáveis por seus titulares. Como consequência, tanto nos ordenamentos jurídicos que excluem a arbitrabilidade de litígios relativos a direitos indisponíveis, como o francês, quanto naqueles que adotam, a esse respeito, o critério da natureza econômica das pretensões ou dos interesses em jogo, como os sistemas alemão, suíço e português, a submissão à arbitragem de controvérsias relativas aos direitos morais de autor é restrita". Na doutrina portuguesa, BARROCAS, Manuel Pereira. *Manual de Arbitragem*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2013. p. 131, Rdnr. 154: "O artigo 271º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos declaram expressamente que são arbitráveis os litígios relativos a direitos de autor que não sejam indisponíveis. Estão neste último caso os denominados direitos morais de autor, ou seja, os direitos que têm por objeto a paternidade, a genuinidade e a integridade da obra, face ao disposto no artigo 56º do Código que os declara irrenunciáveis". Na Itália, direitos patrimoniais cuja afirmação

12 Respostas aos quesitos

1. **O complexo Cidade Matarazzo é obra protegida por direitos autorais? Se sim, em que termos?**
   Resposta: Sim, o complexo Cidade Matarazzo é obra protegida por direitos autorais. Os esboços e projetos que orientaram seu desenvolvimento, a exemplo dos projetos de arquitetura, paisagismo e cenografia, são criações protegidas nos termos da Lei de Direitos Autorais brasileira (LDA). A LDA também protege combinações de elementos arquitetônicos, paisagísticos e cenográficos com padrões de hospitalidade, modelos de experiência (*user experience*), narrativas estruturadas (*storytelling*), obras audiovisuais e outros elementos, sejam eles protegidos ou não em sua singularidade. Trata-se, neste segundo caso, de criação original abrangente, classe atípica de obra protegida que corresponde a desdobramento jurídico do conceito estético de *Gesamtkunstwerk* ou *obra de arte total*.

2. **As dúvidas relativas à autoria do complexo Cidade Matarazzo já foram sanadas pela sentença proferida no âmbito do Procedimento Arbitral [*omissis*], julgado em 2015?**
   Resposta: Não. As informações prestadas pelos patronos do Consulente permitem concluir que o Procedimento Arbitral referido não tem nenhuma relação com o caso a que se dirige este Parecer. Alex Allard não foi nem mesmo parte nesse Procedimento, cujo objeto – estudos de viabilidade administrativa, técnica e comercial que não foram concluídos pela parte requerida – nada tem com o objeto da Ação aqui discutida – a produção de provas aptas a viabilizar atribuições de autoria. O Procedimento Arbitral invocado pela Ré não poderia nem mesmo cuidar desses assuntos, pois se restringe a fatos desencadeados anos antes de a concepção original abrangente do complexo Cidade Matarazzo ganhar exterioridade.

encontre-se em dependência de atribuição de autoria também são subtraídos do alcance da arbitragem: CORTESE, Bernardo. I diritti di proprietà industriale ed intellettuale nell'arbitrato commerciale internazionale. l'esempio dei contratti di trasferimento internazionale di tecnologia industriale e commerciale. *In*: Istituto di Diritto Internazionale della università di Milano. *Comunicazioni e studi*. Milano: Giuffrè, 2002. v. 22, p. 597, item 17: "Si è negata in dottrina l'arbitrabilità di una controversia sull'esistenza del diritto patrimoniale d'autore, quando sia necessaria a tal fine una pronuncia sul titolo originario dell'acquisto. Ciò in quanto, in una simile ipotesi, gli arbitri conoscerebbero anche dei diritti morali, 'indissolubilmente connessi alla persona dell'autore', ed in particolare del diritto alla paternità dell'opera". Tradução: "A doutrina negou a arbitrabilidade de uma controvérsia sobre a existência do direito patrimonial de autor quando, para tal finalidade, for necessário um pronunciamento sobre o título originário da aquisição. Isso, porque, em tal hipótese, os árbitros acabariam por apreciar também os direitos morais, 'indissoluvelmente ligados à pessoa do autor', e, em particular, o direito à paternidade da obra".

3. **Quais são as consequências da proteção autoral do complexo Cidade Matarazzo? A efetividade dessas consequências limita-se ao território nacional?**
   Resposta: As principais consequências da proteção autoral do complexo Cidade Matarazzo são (i) o direito de nominação ou paternidade, (ii) o direito de ser consultado sobre alterações que possam afetar a integridade da obra e (iii) o direito de se opor à reprodução da obra, ainda que parcialmente. Esses direitos são protegidos em âmbito nacional e internacional.

4. **Como a autoria do complexo Cidade Matarazzo pode ser demonstrada? A demonstração da autoria de obras protegidas por direitos autorais pode se dar por meio de ata notarial?**
   Resposta: A demonstração da autoria do Complexo Cidade Matarazzo, seja quanto ao todo – sua concepção enquanto criação original abrangente –, seja quanto às partes – os esboços e projetos de componentes específicos –, exige a realização de perícia. A exigência de perícia para esta finalidade é pacífica na doutrina e na jurisprudência. Atas notariais podem ser empregadas para comprovar alterações que afetem a integridade de obras protegidas por direitos autorais, mas não têm o condão de documentar, com conhecimento especializado, aspectos originais das criações.

5. **A cláusula arbitral estabelecida no Estatuto Social de BM Empreendimentos abrange os direitos discutidos na ação de produção antecipada de provas movida por Alex Allard contra BM Empreendimentos? Essa ação deve ser processada em juízo especializado em conflitos de arbitragem?**
   Resposta: Não. A cláusula arbitral estabelecida no Estatuto Social de BM Empreendimentos não abrange a solução de litígios envolvendo a autoria do Complexo Cidade Matarazzo. A arbitragem só pode ser empregada para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Direitos morais de autor não são nem patrimoniais, nem disponíveis. Logo, a ação de produção antecipada de provas deve seguir no juízo cível originalmente designado.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA FILHO, Osny da. Proteção autoral de criações originais abrangentes. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 34, n. 2, p. 223-251, abr./jun. 2025. DOI: 10.33242/rbdc.2025.02.010.

Recebido em: 23.07.2025
Aprovado em: 29.07.2025